



<b>MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE</b> PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA		
<b>LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO</b> Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional	<b>SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ</b> Subprocurador-Geral Judicial	<b>VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY</b> Subprocurador-Geral Recursal
<b>MAURÍCIO ANDRÉ BARROS PITTA</b> Corregedor-Geral do Ministério Público		<b>EDUARDO TAVARES MENDES</b> Ouvidor do Ministério Público

<b>COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA</b> Márcio Roberto Tenório de Albuquerque <b>Presidente</b>		
Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá Antiógenes Marques de Lira Eduardo Tavares Mendes Valter José de Omena Acioly Isaac Sandes Dias Maria Marluce Caldas Bezerra	Walber José Valente de Lima Dennis Lima Calheiros Márcio Roberto Tenório de Albuquerque Denise Guimarães de Oliveira Sérgio Amaral Scala Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos	Lean Antônio Ferreira de Araújo Vicente Felix Correia Marcos Barros Méro Maurício André Barros Pitta Helder de Arthur Jucá Filho

## Procuradoria-Geral de Justiça

### Despachos do Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS EM EXERCÍCIO, DR. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, DESPACHOU NO DIA 30 DE MAIO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 01.2022.00003546-0.

Interessado: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas.

Assunto: Solicitação de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2023.00003649-6.

Interessado: Marco Cesar Lira de Araújo.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a adoção das medidas sugeridas.

Proc:02.2023.00004236-5.

Interessado: 9ª Vara da Comarca de Arapiraca - TJAL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça, notadamente a expedição do Ofício SAJ n. 0123/2023/PROCG-GAB.PGJ.MPE/AL, determino o arquivamento do presente feito.

Proc: 02.2023.00004243-2.

Interessado: Gabinete PGJ MPAL.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a a adoção das medidas sugeridas.

Proc: 02.2023.00004476-3.

Interessado: ASAP Documentos.

Assunto:Requerimento de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito, após a remessa de informações ao interessado.

Proc: 02.2023.00004533-0.

Interessado: 8º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2023.00004538-4.



Interessado: LUIZ OTÁVIO VIEIRA DE MOURA CASTRO JATOBÁ.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2023.00004540-7.  
Interessado: MARISE VIEIRA DE MOURA CASTRO JATOBÁ.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2023.00004541-8.  
Interessado: GR Serviços e Alimentação Ltda..  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 02.2023.00004552-9.  
Interessado: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo - MPAL.  
Assunto: Requerimento de providências.  
Despacho: Ao GAECO para manifestar-se, voltando.

GED: 20.08.0284.0002604/2023-06  
Interessado: ALPREVCOMP.  
Assunto: Requerendo providências.  
Despacho: Defiro. À DRH para as providências cabíveis.

GED: 20.08.0284.0002605/2023-76  
Interessado: ALPREVCOMP.  
Assunto: Requerendo providências.  
Despacho: Defiro. À DRH para as providências cabíveis.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 30 de maio de 2023.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima  
Analista do Ministério Público

#### Despachos do Procurador-Geral de Justiça / Interlocução MPAL/CNMP

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA EM EXERCÍCIO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, NO DIA 30 DE MAIO DO CORRENTE ANO, DESPACHOU OS SEGUINTE PROCESSOS:

GED: 20.08.0284.0002603/2023-33  
Interessado: Conselheiro Jaime de Cassio Miranda, do Conselho Nacional do Ministério Público.  
Assunto: Vídeo Institucional (Memorial do MP).  
Despacho: Remeta-se cópia do Ofício Circular n. 1/2023/COPLANAME, via *e-mail* funcional, ao memorial do Ministério Público do Estado de Alagoas, para que apresente informações sobre o solicitado no aludido expediente, no prazo de 5 (cinco) dias.

GED: 20.08.0284.0002608/2023-92  
Interessado: Conselheiro Rogério Magnus Varela Gonçalves, do Conselho Nacional do Ministério Público.  
Assunto: Difusão da Doutrina de Inteligência do Ministério Público (Resolução CNMP n. 260/2023).  
Despacho: 1. Remeta-se cópia do Ofício n. 29/2023/CPAMP, via *e-mail* funcional, ao Promotor de Justiça Luiz José Gomes Vasconcelos, Coordenador do Gabinete de Segurança Institucional, para os fins de direito. 2. Após, archive-se.

GED: 20.08.0284.0002592/2023-92  
Interessado: Conselheiro Daniel Carnio Costa, Presidente da Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público/CNMP.  
Assunto: Indicação de representantes das unidades e ramos do Ministério Público – VII Seminário Nacional de Incentivo à Autocomposição e encontro da Rede Autocompositiva do MP.  
Despacho: 1. Indico o Promotor de Justiça Maurício Amaral Wanderley e o servidor Jonathan do Nascimento Matos para representarem o Ministério Público do Estado de Alagoas no VII Seminário Nacional de Incentivo à Autocomposição e no Encontro da Rede Autocompositiva do MP, que ocorrerão nos dias 15 e 16 de junho de 2023, respectivamente, na modalidade virtual. 2. Cientifiquem-se os indicados, remetendo cópia dos autos. 3. Informe-se ao interessado. 4. Remeta-se cópia do Ofício



Circular n. 14/2023/UNCMP, via *e-mail* funcional, a todos os membros e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas, para conhecimento. 5. Após, archive-se.

Setor de Interlocução com o CNMP, 30 de maio de 2023.

Willams Ferreira de Oliveira  
Analista do Ministério Público

Humberto Pimentel Costa  
Promotor de Justiça

### Portarias

PORTARIA PGJ nº 240, DE 30 DE MAIO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE, estabelecer a lotação da seguinte servidora:

NOME	LOTAÇÃO
TANIA MARIA DE ARAUJO FIALHO	COORDENADORIA REGIONAL DE ARAPIRACA

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 241, DE 30 DE MAIO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP n. 02.2023.00004369-7, RESOLVE designar o Dr. CLÁUDIO LUIZ GALVÃO MALTA, 43º Promotor de Justiça da Capital, para funcionar nos Processos nºs 8000235-03.2023.8.02.0094; 0700892-58.2022.8.02.0067; 0000138-76.2022.8.02.0094; 0700127-40.2021.8.02.0094 e 8000351-09.2023.8.02.0094, todos em tramitação no Juizado da Violência Domestica e Familiar contra a Mulher da Capital.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 242, DE 30 DE MAIO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. GUSTAVO ARNS DA SILVA VASCONCELOS, Promotor de Justiça de Passo do Camaragibe, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 44ª Promotoria de Justiça da Capital, durante o afastamento do titular, referente ao período compreendido entre os dias 29 de maio e 1º de junho do corrente ano.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 243, DE 30 DE MAIO DE 2023

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar o Dr. MARCUS VINÍCIUS BATISTA RODRIGUES JÚNIOR, 4º Promotor de Justiça de Rio Largo, para apresentar o



Ministério Público do Estado de Alagoas, na Ação Itinerante, que ocorrerá no dia 3 de junho do corrente ano, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. Gustavo Paiva, Rio Largo - AL.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

---

## Distribuição Processual

---

### Distribuição da Procuradoria Geral de Justiça

Ao(s) 30 dia(s) do mês de maio o funcionário competente do setor de Distribuição PGJ encaminhou, até as 13h30, os seguintes processos abaixo relacionados:

Processo: 02.2023.00004489-6

Interessado: Secretaria de Estado da Mulher e dos Direitos Humanos-SEMUDH/AL

Natureza: Denúncia de ameaça de morte e Intolerância Religiosa.

Assunto: Ofício nº E:274/2023/SEMUDH

Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Processo: 02.2023.00004531-8

Interessado: 9º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL

Natureza: Declínio de Atribuição. NF nº 1.11.000.000114/2023-15, para providências.

Assunto: Ofício nº 343/2023/PR-AL/9º Ofício

Remetido para: Promotoria de Justiça de Piranhas

Processo: 02.2023.00004533-0

Interessado: 8º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL

Natureza: Declínio de Atribuição. NF 1.11.000.000581/2023-45, para providências.

Assunto: Ofício nº 154/2023/MPF/PR-AL/8º Ofício

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2023.00004535-1

Interessado: 8º Ofício - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL

Natureza: Declínio de Atribuição. NF 1.11.000.000570/2023-65., para providências.

Assunto: Ofício nº 153/2023/MPF/PR-AL/8º Ofício

Remetido para: Promotoria de Justiça de Pilar

Processo: 02.2023.00004588-4

Interessado: LUIZ OTÁVIO VIEIRA DE MOURA CASTRO JATOBÁ

Natureza: REQUERIMENTO DE CERTIDÃO - LUIZ OTÁVIO VIEIRA DE MOURA CASTRO JATOBÁ

Assunto: Requerimento

Remetido para: 4ª Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2023.00004538-4

Vinculado ao processo número: 02.2023.00004588-4

Interessado: LUIZ OTÁVIO VIEIRA DE MOURA CASTRO JATOBÁ

Natureza: REQUERIMENTO DE CERTIDÃO - LUIZ OTÁVIO VIEIRA DE MOURA CASTRO JATOBÁ

Assunto: Requerimento

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2023.00004590-7

Interessado: MARISE VIEIRA DE MOURA CASTRO JATOBÁ

Natureza: REQUERIMENTO DE CERTIDÃO - MARISE VIEIRA DE MOURA CASTRO JATOBÁ



Assunto: Requerimento  
Remetido para: 4ª Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2023.00004540-7  
Vinculado ao processo número: 02.2023.00004590-7  
Interessado: MARISE VIEIRA DE MOURA CASTRO JATOBÁ  
Natureza: REQUERIMENTO DE CERTIDÃO - MARISE VIEIRA DE MOURA CASTRO JATOBÁ  
Assunto: Requerimento  
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2023.00004541-8  
Interessado: GR Serviços e Alimentação Ltda.  
Natureza: Solicitação de Certidão de Feitos  
Assunto: Requerimento  
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2023.00004550-7  
Interessado: Arquidiocese de Maceió/AL  
Natureza: Solicitação de TAC para a realização de evento da Arquidiocese de Maceió  
Assunto: Requerimento  
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2023.00004567-3  
Interessado: Aldo Roberto da Rocha Loureiro  
Natureza: Requerimento de TAC. Comemoração ao aniversário do Jacintinho  
Assunto: Ofício S/N 2023  
Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

---

## Subprocuradoria Geral Administrativo Institucional

---

### Despachos do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, DESPACHOU, NO DIA 29 DE MAIO DE 2023, OS SEGUINTE PROCESSOS:

GED: 20.08.1365.0003808/2023-74  
Interessado: Beatriz Cabral de Castro – Analista desta PGJ.  
Assunto: Requerendo antecipação de férias.  
Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003804/2023-85  
Interessado: Dr. Lucas Mascarenhas de Cerqueira Menezes – Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerendo folga compensatória.  
Despacho: Defiro o pedido. Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, o interessado deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual o interessado esteja eventualmente designado e observar a nova redação do art. 2º introduzida pelo Ato PGJ nº 21/2021. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003788/2023-32  
Interessado: Dr. Paulo Victor Souza Zacarias – Promotor de Justiça.  
Assunto: Requerendo folga compensatória.  
Despacho: Defiro o pedido. Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, o interessado deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual o interessado esteja eventualmente designado e observar a nova redação do art. 2º introduzida pelo Ato PGJ nº 21/2021. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003784/2023-43



Interessado: Dra. Lidia Malta Prata – Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo folga compensatória.

Despacho: Defiro o pedido. Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, a interessada deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual a interessada esteja eventualmente designada e observar a nova redação do art. 2º introduzida pelo Ato PGJ nº 21/2021. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1349.0000110/2023-56

Interessado: Grupo de Atuação Especial de Combate à Sonegação Fiscal e aos Crimes Contra a Ordem Tributária - GAESF.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se, à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003805/2023-58

Interessado: Dra. Kicia Oliveira Cabral de Vasconcelos – Procuradora de Justiça.

Assunto: Requerendo adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003800/2023-96

Interessado: Mariana Costa de Santana Monteiro - Analista desta PGJ.

Assunto: Requerendo suspensão férias.

Despacho: Defiro o pleito. Lavre-se a necessária portaria. À Diretoria de Recursos Humanos para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003803/2023-15

Interessado: Lara Reder Richa – Assessora desta PGJ.

Assunto: Requerendo adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003799/2023-26

Interessado: Thiago Farias de Andrade Assis – Analista desta PGJ.

Assunto: Requerendo parcelamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1349.0000108/2023-13

Interessado: Dr. Cyro Eduardo Blatter Moreira – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se, à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003748/2023-45

Interessado: Dra. Lidia Malta Prata Lima – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo adiamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003791/2023-48

Interessado: Maria Helena Cavalcante Fernandes – Analista desta PGJ.

Assunto: Requerendo parcelamento de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003793/2023-91

Interessado: João Elias de Holanda Gomes – Chefe da Seção de Engenharia desta PGJ.

Assunto: Requerimento de licença médica.

Despacho: Defiro o pleito nos termos do parecer da Consultoria Jurídica. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para



providências. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003775/2023-92

Interessado: Dra. Adézia Lima de Carvalho – Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo folga compensatória.

Despacho: Defiro o pedido. Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, a interessada deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual a interessada esteja eventualmente designada e observar a nova redação do art. 2º introduzida pelo Ato PGJ nº 21/2021. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003775/2023-92

Interessado: Dra. Adézia Lima de Carvalho – Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003766/2023-44

Interessado: Dr. Carlos Omena Simões – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo folga compensatória.

Despacho: Defiro o pedido. Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, o interessado deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual o interessado esteja eventualmente designado e observar a nova redação do art. 2º introduzida pelo Ato PGJ nº 21/2021. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003768/2023-87

Interessado: Dra. Alexandra Beurlen – Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo folga compensatória.

Despacho: Defiro o pedido. Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, a interessada deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual a interessada esteja eventualmente designada e observar a nova redação do art. 2º introduzida pelo Ato PGJ nº 21/2021. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003765/2023-71

Interessado: Dr. Paulo Henrique Carvalho Prado – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerendo folga compensatória.

Despacho: Defiro o pedido. Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, o interessado deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual o interessado esteja eventualmente designado e observar a nova redação do art. 2º introduzida pelo Ato PGJ nº 21/2021. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1332.00000/85/2023-16

Interessado: Fabrício Malta Oliveira – Técnico desta PGJ.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se, à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003787/2023-59

Interessado: Luciana Dantas Tenório – Analista desta PGJ.

Assunto: Requerendo antecipação de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1290.0000767/2023-80

Interessado: Dr. Ramon Formiga de Oliveira Carvalho – Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se, à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 29 de Maio de 2023.



ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA  
Assessora de Gabinete  
Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

### Portarias

PORTARIA SPGAI nº 373, DE 30 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1348.0000149/2023-85, RESOLVE conceder em favor do Dr. WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, Procurador de Justiça, ora Diretor da Escola Superior do Ministério Público, portador do CPF nº 164.252.604-59, matrícula nº 13611-5, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 322,38 (trezentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 20,17 (vinte reais e dezessete centavos), por ½ (meia) diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 302,21 (trezentos e dois reais e vinte e um centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Arapiraca, no dia 25 de maio de 2023, para participar do Ciclo de Palestra “As interferências do Assédio nas relações interpessoais na instituição”, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.128.0195.2124 – Manutenção das Ações da Escola Superior do Ministério Público, PO: 000763 – Manutenção da Escola Superior do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 374, DE 30 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1348.0000149/2023-85, RESOLVE conceder em favor da servidora ANDREZA GALINDO ALVES DE QUEIROZ, Analista do Ministério Público – Área Gestão Pública, portador do CPF nº 013.808.514-59, matrícula nº 825727-2, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 90 (noventa reais), aplicando-se o desconto de R\$ 20,17 (vinte reais e dezessete centavos), por ½ (meia) diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 69,83 (sessenta e nove reais e oitenta e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Arapiraca, no dia 25 de maio de 2023, para participar do Ciclo de Palestra “As interferências do Assédio nas relações interpessoais na instituição”, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.128.0195.2124 – Manutenção das Ações da Escola Superior do Ministério Público, PO: 000763 – Manutenção da Escola Superior do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 375, DE 30 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1348.0000149/2023-85, RESOLVE conceder em favor da servidora ANDRESSA DE FREITAS SANTOS DANTAS, Técnico do Ministério Público, portador do CPF nº 066.833.704-43, matrícula nº 826036-2, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 90 (noventa reais), aplicando-se o desconto de R\$ 20,17 (vinte reais e dezessete centavos), por ½ (meia) diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 69,83 (sessenta e nove reais e oitenta e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Arapiraca, no dia 25 de maio de 2023, para participar do Ciclo de Palestra “As interferências do Assédio nas relações interpessoais na instituição”, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.128.0195.2124 – Manutenção das Ações da Escola Superior do Ministério Público, PO: 000763 – Manutenção da Escola Superior do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 376, DE 30 DE MAIO DE 2023



O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1348.0000149/2023-85, RESOLVE conceder em favor da servidora ISABELLE NICOLE RAMOS ARAÚJO, Técnico do Ministério Público, portador do CPF nº 053.568.644-77, matrícula nº 826340-0, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 90 (noventa reais), aplicando-se o desconto de R\$ 20,17 (vinte reais e dezessete centavos), por ½ (meia) diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 69,83 (sessenta e nove reais e oitenta e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Arapiraca, no dia 25 de maio de 2023, para participar do Ciclo de Palestra “As interferências do Assédio nas relações interpessoais na instituição”, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.128.0195.2124 – Manutenção das Ações da Escola Superior do Ministério Público, PO: 000763 – Manutenção da Escola Superior do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 377, DE 30 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Expediente GED 20.08.1365.0003763/2023-28, RESOLVE deferir, com base nos arts. 26, 27, 30 e 31 da Lei Estadual nº 8.025/2018, a progressão da servidora efetiva LAUANA CALAZANS OLIVEIRA, Técnico do Ministério Público, para a Classe B, nível III, PGJ B3, com efeitos financeiros retroativos ao dia 27 de maio de 2023. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 378, DE 30 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias deferidas através do Expediente GED 20.08.1365.0003629/2023-57, do Dr. MÁRCIO JOSÉ DÓRIA DA CUNHA, Promotor de Justiça da 6ª PJ de Palmeira dos Índios, com efeitos retroativos ao dia 29 de maio de 2023.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 365, DE 29 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1290.0000767/2023-80, RESOLVE conceder em favor do Dr. RAMON FORMIGA DE OLIVEIRA CARVALHO, Promotor de Justiça da 1ª PJ de Pão de Açúcar, de 2ª Entrância, portador do CPF nº 030.858.984-09, matrícula nº 8255019-0, 1 (uma) diária, no valor unitário de R\$ 581,90 (quinhentos e oitenta e um reais e noventa centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 40,33 (quarenta reais e trinta e três centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 541,57 (quinhentos e quarenta e um reais e cinquenta e sete centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Maceió, no período de 08 a 09 de maio de 2023, para participar da 3ª edição do mutirão de mudança de nome e gênero de pessoas Trans e não-binárias, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das Atividades do Ministério Público, PO: 000761 – Manutenção das Atividades do Órgão, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 366, DE 29 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO- INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1332.0000085/2023-16, RESOLVE conceder em



favor do servidor FABRÍZIO MALTA OLIVEIRA, Técnico do Ministério Público, portador do CPF nº 110.852.877-50, matrícula nº 825493-1, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 90,00 (noventa reais), aplicando-se o desconto de R\$ 20,17 (vinte reais e dezessete centavos), por ½ (meia) diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 69,83 (sessenta e nove reais e oitenta e três centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Rio Largo, no dia 17 de maio, para realizar serviços de configuração de equipamentos de informática, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0195.2107 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, no P.O 00259 – Manutenção e funcionamento da Tecnologia da Informação, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 367, DE 29 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO- INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1349.0000108/2023-13, RESOLVE conceder em favor do Dr. CYRO EDUARDO BLATTER MOREIRA, Promotor de Justiça da 39 PJC, ora Coordenador do GAESF, de 3ª entrância, portador do CPF nº 406.177.857-91, matrícula nº 69170-4, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 842,23 (oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e três centavos), aplicando-se o desconto de R\$ 40,33 (quarenta reais e trinta e três centavos), por diária, referente ao auxílio-alimentação de acordo com o Ato PGJ nº 7/2014, perfazendo um total de R\$ 1.603,80 (um mil, seiscentos e três reais e oitenta centavos), em face do seu deslocamento à cidade do Rio de Janeiro – RJ, no período entre 24 a 28 de maio de 2023, a serviço do GAESF, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0195.2363 – Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, PO: 000263 – Manutenção do GAESF, Natureza de despesa: 339014 – Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO Subprocurador-Geral Administrativo Institucional PORTARIA SPGAI nº 368, DE 29 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1365.0003800/2023-96, RESOLVE suspender, por interesse do serviço, as férias da servidora MARIANA COSTA DE SANTANA MONTEIRO, Analista do Ministério Público – Área Jurídica, com efeitos retroativos ao dia 26 de maio de 2023. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO Subprocurador-Geral Administrativo Institucional PORTARIA SPGAI nº 369, DE 29 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1349.0000110/2023-56, RESOLVE conceder em favor da PM ISAURA MARIA OLIVEIRA DA SILVA, portadora de CPF nº 058.687.254-09, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 90,00 (noventa reais), de acordo com o Termo de Cooperação Técnica publicado no D.O.E. 5 de março de 2018 e com o Ato PGJ nº 04/2023 (D.O.E. 11 de abril de 2023), em face do seu deslocamento à cidade de Taquarana, no dia 28 de abril de 2023, a serviço do GAESF, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0195.2363 – Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, PO – 000263 – Manutenção Funcionamento do Gaesf, Natureza de despesa: 339015 – Diária, pessoal militar. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 370, DE 29 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1349.0000110/2023-56, RESOLVE conceder em favor do PM JOÃO LUIZ DA SILVA NETO portador de CPF nº 034.550.754-10, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 90,00 (noventa reais), de acordo com o Termo de Cooperação Técnica publicado no D.O.E. 5 de março de 2018 e com o Ato PGJ nº 04/2023 (D.O.E. 11 de abril de 2023), em face do seu deslocamento à cidade de Taquarana, no dia 28 de abril de 2023, a serviço do GAESF, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0195.2363



– Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, PO – 000263 – Manutenção Funcionamento do Gaesf, Natureza de despesa: 339015 – Diária, pessoal militar.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 371, DE 29 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1349.0000110/2023-56, RESOLVE conceder em favor do PM ELSON JOSÉ DE ALCANTARA FILHO, portador de CPF nº 028.106.344-32, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 90,00 (noventa reais), de acordo com o Termo de Cooperação Técnica publicado no D.O.E. 5 de março de 2018 e com o Ato PGJ nº 04/2023 (D.O.E. 11 de abril de 2023), em face do seu deslocamento à cidade de São José da Laje, no dia 28 de abril de 2023, a serviço do GAESF, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0195.2363 – Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, PO – 000263 – Manutenção Funcionamento do Gaesf, Natureza de despesa: 339015 – Diária, pessoal militar.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 372, DE 29 DE MAIO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições, e tendo em vista o contido no Expediente GED 20.08.1349.0000110/2023-56, RESOLVE conceder em favor do PM CÉSAR ALBERTO SANTOS DE OLIVEIRA FILHO portador de CPF nº 088.723.944-73, ½ (meia) diária, no valor unitário de R\$ 90,00 (noventa reais), de acordo com o Termo de Cooperação Técnica publicado no D.O.E. 5 de março de 2018 e com o Ato PGJ nº 04/2023 (D.O.E. 11 de abril de 2023), em face do seu deslocamento à cidade de São José da Laje, no dia 28 de abril de 2023, a serviço do GAESF, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0195.2363 – Manutenção dos Serviços de Inteligência do Ministério Público, PO – 000263 – Manutenção Funcionamento do Gaesf, Natureza de despesa: 339015 – Diária, pessoal militar.  
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO  
Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

#### **Despachos do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional**

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO, DESPACHOU, NO DIA 30 DE MAIO DE 2023, OS SEGUINTE PROCESSOS:

GED: 20.08.1365.0003798/2023-53

Interessado: Dra. Maria José Alves da Silva – Promotora de Justiça.

Assunto: Requerendo folga compensatória e concessão de férias.

Despacho: Defiro o pedido. Considerando o Ato PGJ nº 3/2019, a interessada deverá comunicar ao promotor substituto natural e aos substitutos das promotorias para qual a interessada esteja eventualmente designada e observar a nova redação do art. 2º introduzida pelo Ato PGJ nº 21/2021. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para as anotações de estilo. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003763/2023-28

Interessado: Lauana Calazans Oliveira – Técnico desta PGJ

Assunto: Requerendo progressão funcional.

Despacho: Defiro a progressão funcional, acolhendo o parecer da Consultoria Jurídica, com base nos arts. 26, 27, 30 e 31 da Lei Estadual nº 8025/2018, da Classe B, nível II, PGJ B3 para Classe B, nível III, PGJ B3. Vão autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0003812/2023-63

Interessado: Sybelle Costa de Aguiar – Técnico desta PGJ.



Assunto: Requerendo licença médica.

Despacho: Acolhendo o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Licença para tratamento de saúde. Apresentação de atestado médico. Ausência de legislação no âmbito Estadual e aplicação extensiva do art. 202 da Lei nº 8.112/90. Período de licença igual ou inferior a 30 (trinta) dias. Orientação emitida pelo Estado de Alagoas através de sua Secretaria de Estado da Gestão Pública no sentido de que só serão realizadas perícias médicas nos servidores que solicitarem mais de 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde. Pelo deferimento, sugerindo a remessa dos autos a Diretoria de Pessoal, para as providências cabíveis." Defiro nos termos do parecer. Vão os autos à Diretoria de Recursos Humanos para providências.

GED: 20.08.1348.0000149/2023-85

Interessado: ESMP/AL – Escola Superior do Ministério Público de Alagoas.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se, à vista da informação das Diretorias de Programação e Orçamento e a de Contabilidade e Finanças anexa. Lavre-se a portaria respectiva. Em seguida, archive-se.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 30 de Maio de 2023.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA

Assessora de Gabinete

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

## Conselho Superior do Ministério Público

### Pautas de Reunião

#### PAUTA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA NO DIA 1.6.2023

Levamos ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros e ao público em geral que, na quinta-feira, dia 1.6.2023, às 10 horas, será realizada sessão do Conselho Superior do Ministério Público, na sala dos órgãos colegiados, localizada no 4º andar do edifício-sede, e na forma virtual, onde serão discutidos e deliberados na forma seguinte:

#### APRECIÇÃO DA ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CSMP DO ANO DE 2023

#### PROCEDIMENTOS PARA CONHECIMENTO

Ordem: 1 Cadastro nº: 062022000002214 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema Assunto: Erro Médico Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 2 Cadastro nº: 022023000040590 Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 3 Cadastro nº: 022023000040656 Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 4 Cadastro nº: 022023000041055 Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 5 Cadastro nº: 022023000041255 Origem: 67ª Promotoria de Justiça da Capital Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 6 Cadastro nº: 022023000041488 Origem: Protocolo Geral Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 7 Cadastro nº: 052023000022680 Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe Assunto: Oferta e Publicidade Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 8 Cadastro nº: 052023000022725 Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Coruripe Assunto: Conselhos tutelares Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 9 Cadastro nº: 052023000003939 Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Práticas Abusivas Relator: Lean Antônio Ferreira de Araújo

Ordem: 10 Cadastro nº: 052023000022769 Origem: Promotoria de Justiça de Viçosa Assunto: Anulação Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 11 Cadastro nº: 052023000023880 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Saneamento Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 12 Cadastro nº: 022023000043910 Origem: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar Relator: Márcio Roberto Tenório de



Albuquerque

Ordem: 13 Cadastro nº: 022023000042310 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 14 Cadastro nº: 022023000042510 Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 15 Cadastro nº: 052023000024112 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Poluição Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 16 Cadastro nº: 022023000043509 Origem: 26ª Promotoria de Justiça da Capital Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 17 Cadastro nº: 022023000043897 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Coruripe Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 18 Cadastro nº: 052023000024101 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Poluição Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 19 Cadastro nº: 022023000043475 Origem: 26ª Promotoria de Justiça da Capital Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 20 Cadastro nº: 022023000042565 Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 21 Cadastro nº: 022023000043486 Origem: 26ª Promotoria de Justiça da Capital Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 22 Cadastro nº: 022023000043497 Origem: 26ª Promotoria de Justiça da Capital Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 23 Cadastro nº: 022023000042610 Origem: 5ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 24 Cadastro nº: 052023000023413 Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Recursos Hídricos Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 25 Cadastro nº: 022023000043364 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 26 Cadastro nº: 022023000042600 Origem: Promotoria de Justiça de Paripueira Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 27 Cadastro nº: 052023000023079 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Saneamento Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 28 Cadastro nº: 022023000042665 Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 29 Cadastro nº: 022023000042810 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 30 Cadastro nº: 022023000042900 Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 31 Cadastro nº: 022023000042965 Origem: 1ª Promotoria de Justiça de Marechal Deodoro Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 32 Cadastro nº: 022023000043153 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 33 Cadastro nº: 022023000043164 Origem: Protocolo Geral Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 34 Cadastro nº: 022023000043175 Origem: Protocolo Geral Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 35 Cadastro nº: 022023000043197 Origem: Protocolo Geral Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 36 Cadastro nº: 022023000043210 Origem: Protocolo Geral Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 37 Cadastro nº: 022023000043231 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 38 Cadastro nº: 022023000043309 Origem: Promotoria de Justiça de Maribondo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

Ordem: 39 Cadastro nº: 022023000043331 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque

#### PROCEDIMENTOS PARA DELIBERAÇÃO

Ordem: 40 Cadastro nº: 062016000000484 Origem: Promotoria de Justiça de Traipu Assunto: Violação dos Princípios Administrativos Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 41 Cadastro nº: 022023000024090 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos



Ordem: 42 Cadastro nº: 062021000002876 Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 43 Cadastro nº: 062022000001015 Origem: Promotoria de Justiça de Viçosa Partes: Ouvidoria do Ministério Público do Estado de Alagoas/Marcos Antonio Pimentel de Vasconcelos Assunto: Violação dos Princípios Administrativos Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 44 Cadastro nº: 062018000008551 Origem: 18ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Violação dos Princípios Administrativos Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 45 Cadastro nº: 062022000005699 Origem: 11ª Promotoria de Justiça de Arapiraca Assunto: Perturbação da tranquilidade Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 46 Cadastro nº: 062019000005169 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Suelen Ferreira Carvalho Lopes/Igreja Cristã Maranata - ICM Poço Assunto: Poluição Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 47 Cadastro nº: 062022000005533 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo Partes: 1ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo/Município de Porto Calvo Assunto: Inexigibilidade Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 48 Cadastro nº: 052023000016256 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema Assunto: Dano ao Erário Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 49 Cadastro nº: 022023000016645 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 50 Cadastro nº: 062021000000134 Origem: 38ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 51 Cadastro nº: 062019000007989 Origem: Promotoria de Justiça de Feira Grande Assunto: Crimes Previstos no Estatuto do Idoso Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 52 Cadastro nº: 062019000008322 Origem: Promotoria de Justiça de Feira Grande Assunto: De "Lavagem" ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 53 Cadastro nº: 062022000001181 Origem: 16ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Dano ao Erário Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 54 Cadastro nº: 062018000003723 Origem: Promotoria de Justiça de Joaquim Gomes Assunto: Transporte Terrestre Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 55 Cadastro nº: 062018000007174 Origem: 5ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Ministério Público do Estado de Alagoas/CASAL- Companhia de Saneamento de Alagoas Assunto: Recursos Hídricos Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 56 Cadastro nº: 062021000004552 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Poluição Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 57 Cadastro nº: 0120220000034061 Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Edivaldo José da Silva/EDIVALDO JOSÉ DA SILVA Assunto: Correção de ilegalidade e/ou melhoria da eficiência policial Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 58 Cadastro nº: 062019000002039 Origem: Promotoria de Justiça de Olho d'Água das Flores Assunto: Violação dos Princípios Administrativos Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 59 Cadastro nº: 062013000000350 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Saneamento Relator: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá

Ordem: 60 Cadastro nº: 062019000008555 Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Revisão/Desconstituição de Ato Administrativo Relator: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá

Ordem: 61 Cadastro nº: 062022000001304 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema Assunto: Natureza do Cargo Acumulável Relator: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá

Ordem: 62 Cadastro nº: 062021000000823 Origem: 17ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Violação dos Princípios Administrativos Relator: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá

Ordem: 63 Cadastro nº: 092022000008808 Origem: 14ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Pedido de informação-Lei de Acesso a Informação Relator: Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá

Ordem: 64 Cadastro nº: 062011000000064 Origem: 4ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Flora Relator: Lean Antônio Ferreira de Araújo

Ordem: 65 Cadastro nº: 062022000003180 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Porto Calvo Assunto: Enriquecimento ilícito Relator: Lean Antônio Ferreira de Araújo

Ordem: 66 Cadastro nº: 052023000005148 Origem: 1ª Promotoria de Justiça da Capital Assunto: Práticas Abusivas Relator: Lean Antônio Ferreira de Araújo

Ordem: 67 Cadastro nº: 022023000040367 Origem: Procuradoria Geral de Justiça Relator: Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos

Ordem: 68 Cadastro nº: 022023000016301 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Rio Largo Assunto: Irregularidades Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 69 Cadastro nº: 022023000028608 Origem: 2ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios Assunto: Acordo Relator: Marcos Barros Méro

Ordem: 70 Cadastro nº: 022023000042400 Origem: Protocolo Geral Assunto: Vaga – Conselho Nacional de Justiça – MPES Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque



PROCESSO Nº 02.2023.00003390-0 - ENTREVISTA PESSOAL DO CANDIDATO PROMOTOR DE JUSTIÇA BRUNO DE SOUZA MARTINS BAPTISTA - LICENÇA PARA FREQUENTAR CURSO (DOUTORADO) NO EXTERIOR.

DISCUSSÃO SOBRE A FORMA DE PROVIMENTO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE QUEBRANGULO, DE 1ª ENTRÂNCIA.

MARCUS AURÉLIO GOMES MOUSINHO  
Promotor de Justiça  
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas

---

## Escola Superior do Ministério Público

---

### Portarias

PORTARIA ESMP/AL nº 46 DE 29 de Maio de 2023

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ nº 20/19, resolve incluir no programa "Voluntariado do Ministério Público de Alagoas" o(a) prestador(a) de serviço voluntário ISABELA LEITE DE FRANÇA LOPES, estabelecendo sua lotação no(a) 12ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 31/05/2023.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA  
Procurador de Justiça  
Diretor da ESMP-AL

---

## Administrativo

---

### Compras

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

### AVISO DE COTAÇÃO

Nos termos do Art. 75, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, divulga-se este aviso, a valer pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, onde a Administração manifesta seu interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados no objeto abaixo, conforme especificação do Termo de Referência.

OBJETO: Serviços de manutenção preventiva/corretiva e instalação e desinstalação de condicionadores de ar, em todo o Estado de Alagoas.

Para mais informações sobre a cotação e todas as especificações, favor entrar em contato pelo e-mail: [compras@mpal.mp.br](mailto:compras@mpal.mp.br).



Maceió, 30 Maio 2023.

Fagner Calazans Oliveira  
Setor Compras

## Promotorias de Justiça

### Despachos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS  
19ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

#### RESENHA

A 19ª Promotoria de Justiça da Capital, através da Promotora de Justiça titular abaixo assinada, vem, nos termos do art. 4º da Resolução 174, de 04.07.2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar aos interessados a adoção de providências no Processo a seguir nominados:

Notícia de Fato nº 01.2023.00001654-5 – Despacho: Assim sendo, ficou evidenciado que as remunerações dos profissionais que laboram no Hospital Ib Gatto Falcão encontram-se devidamente adimplidas. Desse modo, tem-se que o caso em tela amolda-se perfeitamente à hipótese de arquivamento regulamentada na Resolução nº 174, de 04 de julho de 2017, Conselho Nacional do Ministério Público. Vejamos: *Art. 4º A Notícia de Fato será arquivada quando: I – o fato narrado não configurar lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público; II – o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado; III – a lesão ao bem jurídico tutelado for manifestamente insignificante, nos termos de jurisprudência consolidada ou orientação do Conselho Superior ou de Câmara de Coordenação e Revisão; IV – for desprovida de elementos de prova ou de informação mínimos para o início de uma apuração, e o noticiante não atender à intimação para complementá-la; V – for incompreensível.* Diante do exposto, determino o arquivamento dos presentes autos, nos termos do art. 4º, I, da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo. Maceió, 29 de maio de 2023.

Maria Cecília Pontes Carnaúba  
19ª Promotora de Justiça da Capital

### Portarias

Procedimento Administrativo nº 09.2023.00000799-0

#### PORTARIA Nº 0104/2023/62PJ-Capit.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio da 62ª Promotoria de Justiça da Capital, com atribuições judiciais e extrajudiciais no âmbito do Controle Externo da Atividade Policial e da Tutela da Segurança Pública,

CONSIDERANDO que se impõe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses coletivos e individuais indisponíveis, conforme preceitua o art. 127, caput da Magna Carta Constitucional; CONSIDERANDO que ao Ministério Público pertence o exercício, com exclusividade, da ação penal pública e do controle externo da atividade policial; CONSIDERANDO incumbir ao Parquet as medidas necessárias para garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, como os órgãos de segurança, aos direitos assegurados pela Constituição Federal; CONSIDERANDO que o munus publicum de controle externo da atividade policial constitui instrumento de relevo para o exercício pleno da titularidade da ação penal pública;

CONSIDERANDO que o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público tem como escopo assegurar a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial;

CONSIDERANDO, nos termos disciplinares do art. 7º, inc. I, da LC Federal nº 75/93 c/c os arts. 26, inc. I e 80 da Lei nº 8.625/93, das Resoluções nºs 20/07 e 174/17, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público e, ainda, do art. 6º, inc. I da LC Estadual nº 15/96, que o Ministério Público pode instaurar procedimento administrativo visando acompanhar fatos que rogam imediata e minuciosa apuração, o que inclui sanar deficiências e/ ou irregularidades detectadas no exercício do controle externo da atividade policial;

CONSIDERANDO que A.R.M. teria alegado, durante atendimento presencial realizado no Prédio das Promotorias de Justiça da



Capital, ter sido vítima de assédio moral dentro do Presídio Feminino Santa Luzia;

CONSIDERANDO que, com base nas informações aportadas, esta PJC instaurou a Notícia de Fato 01.2023.00000067-5, no bojo da qual foi confeccionado o Ofício nº 0111/2023/62PJ-Capit e encaminhado à Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social - SERIS, solicitando a instauração do procedimento correccional pertinente;

CONSIDERANDO que, em resposta, o retrocitado órgão correccional informou, através do Ofício E:1296/2023/SERIS, a abertura da Sindicância Administrativa nº E:34000.0000004450/2023, mediante a PORTARIA/SERIS 408/2023, publicada no DOE no dia 13 de fevereiro de 2023, sob a responsabilidade da 2ª Comissão da Corregedoria, destinada à apuração da referida ocorrência;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhar quais os resultados a serem obtidos no procedimento administrativo referido alhures, no âmbito da Corregedoria da SERIS;

CONSIDERANDO a extrapolação do prazo para tramitação do feito em sede da Notícia de Fato nº 01.2023.00000067-5, antes da finalização das medidas a serem adotadas por esta Promotoria de Justiça Especializada;

CONSIDERANDO, finalmente, a imprescindibilidade de análise do quanto apurado, a fim de que este Órgão Ministerial possa concluir, adequadamente, acerca de eventuais providências que se façam impositivas, em relação ao episódio aqui referido;

RESOLVE converter a Notícia de Fato acima epigrafada no Procedimento Administrativo em tela.

Nesse esteio, DETERMINA-SE, em sede inicial, a adoção das seguintes medidas:

- 1) Registro e autuação do referido Procedimento Administrativo junto ao Sistema de Automação da Justiça do Ministério Público (SAJMP);
- 2) Publicação da Portaria em tela, nos termos do art. 9º da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;
- 3) Realização das demais diligências pertinentes ao feito.

Cumpra-se.

Maceió, 16 de maio de 2023.

Karla Padilha Rebelo Marques

Promotora de Justiça

Titular da 62ª Promotoria de Justiça da Capital

#### Atos diversos

ESTADO DE ALAGOAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA LUZIA DO NORTE

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00000879-0

Portaria nº 05/2023-PJ-Santa Luzia do Norte, de 30 de maio de 2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio de seu representante que adiante subscreve, Promotor de Justiça em Substituição da Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República; Artigo 8º, §1º, da Lei Nacional nº 7.347/85; artigos 25, IV, "b", e 26, I, da Lei Nacional nº 8.625/93, e 2º, § 7º da Resolução do CNMP Nº 23/07;

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público em ações de defesa aos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, podendo ainda expedir recomendações (art. 129, III, da Constituição Federal, arts. 81 e 82 da Lei nº 8.078/90 e Lei Complementar Federal nº 75/93, art. 6º, XX);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 174/17 do Conselho Nacional do Ministério Público e com fulcro no inciso VIII do art. 1º da Lei nº 7.347/85, diante da aproximação de evento tradicional no município de Satuba/AL que são os festejos juninos, a fim de tutelar o patrimônio público especialmente no tocante aos gastos públicos com contratações de shows artísticos, montagens de palco e gastos correlatos;

CONSIDERANDO a crescente violência e falta de segurança que afeta o público frequentador de espetáculos e locais de diversões, cabendo ao Poder Público e demais órgãos envolvidos zelar pelo bem-estar dos cidadãos, bem como assegurar a ordem nos divertimentos, tendo em vista o interesse social da comunidade;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, para acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta a ser firmado com as Secretárias e Órgãos Municipais de Satuba, Guarda Municipal e Polícia Militar, com vistas a regular os eventos juninos do ano corrente do município de Satuba/AL, determinando, de logo, o que se segue:

Fica determinado dia 31 de maio de 2023, às 11h00min, para celebração do Termo de Ajustamento de Conduta;

Requisite-se do município de Satuba, a programação dos festejos juninos do município de Satuba;

Comunique-se da instauração do presente procedimento, por meio de ofício a ser encaminhado via criação de protocolo unificado, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96 da PGJ; e,.



Publique-se, Cumpra-se, Diligencie-se

Santa Luzia do Norte/AL, 30 de maio de 2023

Assinatura eletrônica  
SILVIO AZEVEDO SAMPAIO  
Promotor de Justiça em Substituição

Byanca Maria Correia da Silva  
Estagiária MP/AL

**Portarias**

ESTADO DE ALAGOAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA LUZIA DO NORTE

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00000877-8

Portaria nº 06/2023-PJ-Santa Luzia do Norte, de 30 de maio de 2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio de seu representante que adiante subscreve, Promotor de Justiça em Substituição da Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República; Artigo 8º, §1º, da Lei Nacional nº 7.347/85; artigos 25, IV, "b", e 26, I, da Lei Nacional nº 8.625/93, e 2º, § 7º da Resolução do CNMP Nº 23/07;

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público em ações de defesa aos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, podendo ainda expedir recomendações (art. 129, III, da Constituição Federal, arts. 81 e 82 da Lei n.º 8.078/90 e Lei Complementar Federal n.º 75/93, art. 6.º, XX);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução n.º 174/17 do Conselho Nacional do Ministério Público e com fulcro no inciso VIII do art. 1º da Lei n.º 7.347/85, diante da aproximação de evento tradicional no município de Coqueiro Seco/AL que são os festejos juninos, a fim de tutelar o patrimônio público especialmente no tocante aos gastos públicos com contratações de shows artísticos, montagens de palco e gastos correlatos;

CONSIDERANDO a crescente violência e falta de segurança que afeta o público frequentador de espetáculos e locais de diversões, cabendo ao Poder Público e demais órgãos envolvidos zelar pelo bem-estar dos cidadãos, bem como assegurar a ordem nos divertimentos, tendo em vista o interesse social da comunidade;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, para acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta a ser firmado com as Secretárias e Órgãos Municipais de Coqueiro Seco/AL, Guarda Municipal e Polícia Militar, com vistas a regular os eventos juninos do ano corrente do município de Coqueiro Seco/AL, determinando, de logo, o que se segue:

Fica determinado dia 31 de maio de 2023, às 11h00min, para celebração do Termo de Ajustamento de Conduta;

Requisite-se do município de Satuba, a programação dos festejos juninos do município de Coqueiro Seco/AL;

Comunique-se da instauração do presente procedimento, por meio de ofício a ser encaminhado via criação de protocolo unificado, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96 da PGJ; e,.

Publique-se, Cumpra-se, Diligencie-se

Santa Luzia do Norte/AL, 30 de maio de 2023

Assinatura eletrônica  
SILVIO AZEVEDO SAMPAIO  
Promotor de Justiça em Substituição

Byanca Maria Correia da Silva  
Estagiária MP/AL

ESTADO DE ALAGOAS  
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE SANTA LUZIA DO NORTE



PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00000874-5

Portaria nº 07/2023-PJ-Santa Luzia do Norte, de 30 de maio de 2023

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio de seu representante que adiante subscreve, Promotor de Justiça em Substituição da Promotoria de Justiça de Santa Luzia do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 129, III, da Constituição da República; Artigo 8º, §1º, da Lei Nacional nº 7.347/85; artigos 25, IV, "b", e 26, I, da Lei Nacional nº 8.625/93, e 2º, § 7º da Resolução do CNMP Nº 23/07;

CONSIDERANDO a competência do Ministério Público em ações de defesa aos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, podendo ainda expedir recomendações (art. 129, III, da Constituição Federal, arts. 81 e 82 da Lei nº 8.078/90 e Lei Complementar Federal nº 75/93, art. 6º, XX);

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 174/17 do Conselho Nacional do Ministério Público e com fulcro no inciso VIII do art. 1º da Lei nº 7.347/85, diante da aproximação de evento tradicional no município de Santa Luzia do Norte/AL que são os festejos juninos, a fim de tutelar o patrimônio público especialmente no tocante aos gastos públicos com contratações de shows artísticos, montagens de palco e gastos correlatos;

CONSIDERANDO a crescente violência e falta de segurança que afeta o público frequentador de espetáculos e locais de diversões, cabendo ao Poder Público e demais órgãos envolvidos zelar pelo bem-estar dos cidadãos, bem como assegurar a ordem nos divertimentos, tendo em vista o interesse social da comunidade;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, para acompanhar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta a ser firmado com as Secretárias e Órgãos Municipais de Santa Luzia do Norte/AL, Guarda Municipal e Polícia Militar, com vistas a regular os eventos juninos do ano corrente do município de Santa Luzia do Norte/AL, determinando, de logo, o que se segue:

Fica determinado dia 31 de maio de 2023, às 12h00min, para celebração do Termo de Ajustamento de Conduta;

Requisite-se do município de Satuba, a programação dos festejos juninos do município de Santa Luzia do Norte/AL;

Comunique-se da instauração do presente procedimento, por meio de ofício a ser encaminhado via criação de protocolo unificado, ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, ao teor do art. 1º, § 2º, da Resolução nº 01/96 da PGJ; e,.

Publique-se, Cumpra-se, Diligencie-se

Santa Luzia do Norte/AL, 30 de maio de 2023

Assinatura eletrônica  
SILVIO AZEVEDO SAMPAIO  
Promotor de Justiça em Substituição

Bianca Maria Correia da Silva  
Estagiária MP/AL

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2023.00000878-9

PORTARIA: <>

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por seu Órgão de Execução signatário, através da Promotoria de Justiça de Mata Grande, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 129, inciso III da Carta da República; 6º, inciso I da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96) e 26, inciso I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93); e Resolução CNMP n. 174/2017, tendo em vista a necessidade e a relevância de proceder ao acompanhamento do serviço público de abastecimento de água na cidade de Canapi, e, ainda:

CONSIDERANDO que os Procedimentos Administrativos, nos termos do art. 8º, da Resolução nº 174/2017, do Conselho Nacional do Ministério Público, são destinados, dentre outras finalidade, a acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis, e; embasar outras atividades não sujeitas a inquérito civil;

CONSIDERANDO que a Carta Magna estabelece que o Ministério Público é instituição incumbida da defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, cabendo-lhe zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o respeito ao consumidor é consagrado como direito fundamental e como princípio basilar da ordem econômica (art. 5º, XXXII, e art. 170, V, da Constituição da República Federativa do Brasil);



CONSIDERANDO que os órgãos públicos, por si ou por suas empresas concessionárias, são obrigados a fornecer serviços adequados, eficientes e, quando essenciais, contínuos (art. 22 do Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que a água constitui bem de consumo essencial à subsistência digna do cidadão, onde sua falta, ou mesmo distribuição irregular, pode acarretar sérias consequências à saúde da população;

CONSIDERANDO que chegou ao conhecimento desta Promotoria de Justiça que o município de Canapi, em especial o povoado Carié, não está recebendo regularmente água potável encanada;

**RESOLVE:**

Instaurar o presente Procedimento Administrativo, passando a adotar as seguintes providências:

- 1) Publicação desta Portaria no Diário Oficial do Ministério Público;
- 2) Notificar a CASAL, concessionária responsável pela distribuição de água na localidade, acerca da instauração deste procedimento, com a solicitação de informações iniciais acerca do cenário de abastecimento na região;
- 3) Notificar o município de Canapi, visando integrá-lo ao procedimento e facilitar a condução do diálogo entre os envolvidos e interessados;
- 4) Utilizar os meios necessários para apurar o fato acima narrado e, pela via resolutiva própria da atuação extrajudicial do Ministério Público, adotar os expedientes disponíveis para a célere solução do problema, sem prejuízo de eventual judicialização e responsabilização em caso de ilegalidade;

Mata Grande, 30 de maio de 2023

PAULO VICTOR SOUSA ZACARIAS  
Promotor de Justiça